

“EL OFICIO DE SOCIÓLOGO”

PIERRE BOURDIEU
JEAN-CLAUDE CHAMBOREDON
JEAN-CLAUDE PASSERON
MÉXICO. DF — Siglo veintiuno editores. 1979

O título do trabalho bem delimita seus objetivos epistemológicos. Não é, como bem salientam os autores, a construção de um sistema social perfeito e acabado, o que se propõe mas antes a apresentação dos instrumentos que possibilitem uma proposta de teoria do conhecimento sociológico. Um esforço de tentar *pensar o pensamento sociológico* no seu permanente devir, considerando-o dentro das condições sociais que o produzem, criando no cientista verdadeiros “hábitos intelectuais” que conduzam à busca contínua e incessante da construção do conhecimento científico do social.

A partir da afirmação de Bachelard, de que “o fato científico se conquista, constrói e comprova”, a proposta se completa com o estabelecimento de uma hierarquia epistemológica entre estes atos científicos: a comprovação subordina-se à construção e esta, por sua vez, à ruptura. A primeira parte do livro ocupa-se dos atos de ruptura.

Os fatos sociais, como objeto de conhecimento assumem aspectos peculiares, uma vez que o homem é a uma vez, ator e espectador dos mesmos, investindo-se no papel de cientista, estabelecendo hipóteses, manipulando

conceitos, imaginando teorias. E esse acervo de conhecimentos esparsos e imediatos, de noções pré, ou pseudo científicas, essa pretendida intuição espontânea do real, surgem como um primeiro obstáculo epistemológico a ser removido, através de técnicas de objetivação e de uma construção teórica provisória.

Um outro princípio, condição “sine qua non” da construção científica seria o da *não consciência*, uma forma de vigilância contra o psicologismo que reduz todos os fatos sociais a fenômenos de interação entre pessoas, dotados de forte conteúdo de *motivações*. Em suma, a vigilância determinada e consciente contra os reducionismos dos fatos sociais a meros epifenômenos antropológicos e psíquicos. Este princípio seria, ademais, uma reformulação do determinismo metodológico que se encontra não só em Dürkheim, como também em Marx e Weber, cujas teorias sociais são inegavelmente dissonantes, entre si, mas se harmonizam no campo da teoria do conhecimento do social, pressuposto epistemológico para a construção dessa sociologia.

Uma outra face do mesmo princípio leva a uma vigilância contra os “essencialismos” que se voltam para a natureza humana e se fixam nos corolários ontológicos, isolando o fenômeno cultural de seus relacionamentos históricos e sociais em que se integra. A natureza é base das semelhanças, enquanto a cultura é que serve de fundamento às diferenças. “O social — repetem Dürkheim — explica-se pelo social”.

Interligado ao primeiro obstáculo enunciado, a ilusão das transparências e a sociologia espontânea, posta-se o imperativo de vigiar o vocabulário apropriado pela ciência social, quase sempre herdado da linguagem comum ou emprestado das ciências naturais, o que dificulta sobremaneira um controle de significados. Há que efetivar-se uma ruptura epistemológica que afaste o obstáculo sutil da linguagem, diferenciando o objeto do conhecimento da sociologia, confundido não raro pelo uso de conceitos de significação duvidosa.

Acautelar-se o sociólogo contra as tentações messiânicas é outro momento da vigilância epistemológica recomendada pelos autores. Hoje, para usar-se um lugar excessivamente comum, na era das comunicações, as relações sociais são tão intensas que os

fatos culturais passam a ter um destaque todo especial. A par disto, as crises sociais se acentuam e os problemas são destacados, até mesmo como recurso de “marketing”. Daí o perigo que corre o cientista social de investir-se de função messiânica, escatológica, prevendo eventos, normatizando comportamentos coletivos. Esta a ruptura mais difícil, uma vez que o grande público está aí a exigir soluções aos “estudiosos”, criticando ou aplaudindo.

Uma última vigilância é recomendada, no que tange às influências da *tradição*. A linha epistemológica de GASTON BACHELARD, a que confessadamente se integram os autores, afirma o progresso da ciência pelo questionamento constante de suas próprias teorias. Não existe um saber definitivo, acabado, pronto para servir agora e sempre. É uma ruptura constante, um permanente devir. Não se justificam, assim, as vinculações servis ao passado. E isto mais se acentua na sociologia, cuja tradição repousa em concepções artificiais e antropomórficas, posto que o fato social só muito recentemente veio a ser tratado cientificamente.

Eis, em síntese, os pressupostos epistemológicos indispensáveis para a construção dos discursos sociológicos. Não são — como se destacou no início — teorias do social: constituem-se em uma metaciência em nível lógico distinto da própria ciência. Impõe-se fazer a diferença destes três níveis lógicos: os objetos da ciência, a própria ciência e a metaciência que engloba a lógica e a epistemologia.

A segunda parte da obra dedica-se à maneira como a ciência se edifica, construindo seu próprio objeto, renunciando a uma tradição empirista. A ciência trabalha sobre conceitos construídos a relações conceituais. A sociologia espontânea, com ressaibos de um cientificismo tradicional, estabelece o processo de conhecimento através da dinâmica: *observação, experimentação e hipótese*. Ou seja, a partir do real aparente, para o teórico sistemático. Não verdade, o real aparente fornece apenas dados, e estes dados precisam ser interpretados, decodificados, de acordo com os sistemas teóricos existentes. Do contrário não pode ocorrer conhecimento científico.

Os conceitos construídos é que são os elementos de apreensão da experiência e permitem descrevê-los em termos que os tornem

comparáveis. É a forma de reduzir as diversidades e complexidades aparentes dos fenômenos, a um nível de generalidade e coerência sistemática.

A proposta epistemológica de conquista, construção e comprovação, não deve assumir a feição do tradicional ciclo experimental (observação, hipóteses, experimentação, teoria) da ciência mutilada. A ruptura com a epistemologia tradicional está exatamente na inversão da relação entre teoria e experimentação. O senso comum — digamos assim — registra os dados da experiência, os coleciona, compara e tenta estabelecer hipóteses científicas, de onde se haurem as teorias. O racionalismo aplicado — de que se ocupam os autores na terceira parte da obra — é o inverso: constrói as teorias e as submete à comprovação. E o primado da razão sobre a experiência.

A última parte da obra fixa-se no problema que se planteia no conhecimento do social por ser, este mesmo conhecimento, um fato situado. O cientista do social pertence a um determinado estamento da sociedade, integra seu etnos, exerce uma profissão normalmente vinculada a sua atividade de pesquisador. É impossível que produza um discurso ideologicamente neutro. Buscar uma auto-vigilância redundaria em uma forma diversa de legitimação. A vigilância epistemológica no entanto aqui se faz extremamente necessária. As recomendações finais se resumem numa palavra muito usual e de conotações bem perceptíveis no momento: “transar” a crítica. Uma “transa” (a expressão é nossa) no meio científico, Intra e interdisciplinar consolidando uma fortaleza científica a salvo, tanto quanto possível dos obstáculos epistemológicos que se opõem á construção da ciência sociológica.

MANOEL BESSA FILHO
MESTRANDO DO CPGD/UFSC